

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA IES PRIVADA: SUAS PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO TEMPO

LÚCIA DE FÁTIMA REBOUÇAS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

ROBERTO PORFÍRIO DE SOUSA OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

ANA PAULA DE SOUSA ENÉAS

ANA GABRIELE RODRIGUES DE SANTIAGO

LILIAN CAPORLINGUA GIESTA CABRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA IES PRIVADA: SUAS PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO TEMPO

INTRODUÇÃO

Em meio à intensificação do debate das questões socioambientais a partir dos anos 2000 em todo o mundo, dentro do contexto da Administração, às práticas gerenciais não se diferenciava das de décadas atrás. Essa discussão passou a ser discutida, principalmente ligada a sustentabilidade ambiental, através de uma cultura mais sustentável, que vem recebendo mais atenção dos órgãos governamentais e sociedade civil (COSTA et al., 2013; WARKEN; HENN; ROSA, 2014).

Porém, como o aspecto ambiental passou a ser um dos fatores de decisão dos consumidores, onde os fortes discursos de responsabilidade social e ambiental das empresas mudaram. Inclusive, com a discussão dos movimentos gerencialista e de marketing, as empresas mudaram sua visão de catastrofismo (onde os problemas são tão grandes que não tem como resolver) em vantagem competitiva (aquelas que tiverem mais adaptadas a “onda verde” vai se sobressair no mercado) (COSTA et al., 2013).

Devido a essas novas demandas sociais, enquanto curso bacharelado de nível superior, a Administração exige que seus egressos possuam conhecimentos gerais e técnicos para desenvolver habilidade e competência a ponto de garantir uma visão holística, sendo incluído, inclusive, o conhecimento sócio-ambiental. A partir das legislações e estudiosos, é possível compreender que o administrador precisa em sua formação de uma das áreas de formação complementar, a Educação Ambiental (EA) (PETARNELLA; SILVEIRA; MACHADO, 2017).

Ao apresentar as mudanças no comportamento dos administradores e das empresas, bem como na mentalidade das pessoas a respeito das questões socioambientais, pode-se dizer que a comunidade científica está acompanhando essas mudanças? É possível perceber que os cursos presenciais em administração continuam abordando a temática da mesma forma?

Posto isto, este trabalho possui como objetivo geral: analisar a percepção de um bacharelado em Administração acerca da Educação Ambiental por ele praticada. Como objetivos específicos apresentam-se: identificar se há mudanças que tangem a EA entre os discursos das coordenações e professores depois de um tempo; verificar as diferenças entre as ações que envolvem a temática no curso estudado.

Como se espera uma visão holística do administrador, incluindo uma visão socioambientalmente mais compatível com um desenvolvimento mais sustentável, se faz interessante acompanhar o desenvolvimento dos cursos, gerando até mesmo uma reflexão sobre o papel da academia neste aspecto.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental (EA)

Ao abordar o campo da Educação Ambiental, para Sauv  (2005), os únicos pontos em comum a todas as correntes são: a preocupa o com o meio ambiente e o papel central da educa o como agente de mudança dessa situa o. Essas correntes podem ser compreendidas como maneiras de se conceber e praticar EA e que, apesar de possuirem características específicas que as distinguem entre si, não são mutuamente excludentes em todos os planos. Inclusive, neste trabalho citado, a autora elenca sete correntes da tradi o mais antiga, dominantes nas décadas de 1970 e 1980, e oito mais recentes, que ganharam mais força depois.

Quando a Ecologia surgiu enquanto ciência que tratava do equilíbrio entre os ecossistemas, do meio natural e da relação entre os seres vivos e não vivos, do equilíbrio, observou-se que sua visão era reduzida, afinal não considerava esses e o sistema socioeconômico. Porém, desde meados do século XX, a consciência ecológica ganhava mais força e apoio político, gerando políticas públicas e leis ambientais. Devido a esse quadro, tornou-se evidente, na década de 1970, que a educação ambiental é essencial para alterar o quadro de danos ao planeta (PELICIONI; PHILIPPI JÚNIOR, 2005).

Em 1972, segundo o Senado Federal (2015), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo pela Organização das Nações Unidas (ONU), defende a defesa e a melhoria do meio ambiente urgentemente. Ainda na declaração oficial deste evento, é abordado que a educação deverá desempenhar função capital com intenção de despertar a consciência e o melhor entendimento dos problemas socioambientais, ainda utilizando as descobertas da ciência e tecnologia.

Como prolongamento dessa Conferência, em 1977, na cidade de Tbilisi (capital da Geórgia), foi realizada a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Este evento passou a ser considerado um marco na história da EA, pois sugeriu pontos que seriam tomados como referência por diversas entidades e comunidades, tais como a abordagem interdisciplinar da temática e a de que a EA deva ser destinada a pessoas de todas as idades e todos os níveis de educação (DIAS, 2004; PELICIONI; PHILIPPI JUNIOR, 2005).

Ao discorrer sobre as recomendações de Tbilisi, Dias (2004) apresenta os seguintes princípios básicos da EA:

1. Considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem;
2. Constituir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
3. Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
4. Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
5. Concentra-se nas condições ambientais atuais, tendo em conta a perspectiva histórica;
6. Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais;
7. Considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
8. Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
9. Destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
10. Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais.

Na década de 1970, o Brasil estava sob um governo militar que tinha como objetivo a busca desenfreada pelo desenvolvimento econômico, por ir de encontro a interesses sociais e ambientais. Apenas com as mudanças que estavam acontecendo e que culminam na “transição democrática”, na década seguinte, que as questões ambientais ganharam mais valorização. Foram instituídas a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio (por lei 6.938, de 31 de agosto de 1981), além de pontos chaves na promulgação da Constituição de 1988 (SAITO, 2012).

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, o Rio de Janeiro sediou a ECO 92 (também chamada de Rio-92 ou Cúpula da Terra), que reuniu autoridades de vários países na busca de medidas sustentáveis e soluções de problemas ambientais. Deste evento surgiu a Agenda 21, um documento que aponta compromissos das sociedades com poluições, desertificação, secas, desenvolvimento sustentável e educação ambiental (DIAS, 2004). Neste mesmo evento, ainda firmou-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (PELICIONI, 2005).

Seguindo essa linha do movimento ambientalista, o Brasil, através da lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (DIAS, 2004).

Através do artigo primeiro essa lei, a EA fica compreendida como os “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Os princípios da lei seguem os apresentados anteriormente, inclusive a obrigatoriedade no ensino formal. O ensino superior, inclusive, aparece no inciso II do artigo nono da lei.

EA no Ensino Superior

Na Conferência de Tibilisi, uma das diretrizes que ficaram estabelecidas como plano de ação foi “Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente” (SENADO FEDERAL, 2015, p.19).

Seja no âmbito do ensino ou na sociedade, para Rodrigues (2012), a presença da EA nos currículos e práticas universitárias se revela estratégica, afinal é um espaço onde há promoção, difusão, reflexão e debates de novas concepções de desenvolvimento e sustentabilidade. Ademais, como seu foco é a educação profissional e a formação de educadores e professores, “esse setor tem um papel fundamental na sustentação do processo de incorporação da Educação Ambiental (EA) nos demais níveis de ensino, por meio da formação inicial continuada e dos programas de extensão e pós-graduação” (RODRIGUES, 2012, p. 559).

Nos incisos do artigo 10º da lei 9795/1999, fica determinado que a EA não deverá ser implementada como disciplina específica no currículo de ensino, sendo facultada sua criação apenas nos cursos de pós-graduação, extensão e áreas voltadas ao aspecto metodológico dela. No artigo seguinte, ainda fica determinado que a EA deve constar nos currículos de formação dos professores.

Para Melo (2001), a Educação Ambiental é construída coletivamente, sendo assim não se deve pensar nela dentro dos espaços educativos sem pensar em projetos pedagógicos interdisciplinares. Ainda segundo Melo (2001, p. 10), ela não deve ser pensada e tratada como uma disciplina, “mas com uma concepção totalizadora da educação, comprometimento com a prática social e o desenvolvimento da cidadania, numa interação, também, com a comunidade”. Além do mais, o seu intuito é a mudança de comportamentos e hábitos, o que o saber isolado e fragmentado não é capaz de suprir tal demanda (DIAS; MARQUES, DIAS, 2016).

Por ser de caráter interdisciplinar e participativo, a Educação Ambiental pode contribuir para renovar o processo educativo, trazendo a permanente avaliação crítica, a adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação desta realidade. Portanto, ao adotar o exercício interdisciplinar na escola envolvendo os educadores de diferentes formações

consegue-se envolver os temas transversais às disciplinas. Sendo assim, professores e alunos compartilham o aprendizado e constroem juntos os conhecimentos, principalmente quando se trata da Educação Ambiental que é um componente essencial para a educação nacional e está presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não-formal (AGUIAR, 2012, p. 8).

Quanto às normativas da Educação Ambiental, a Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para Educação Ambiental (MEC, 2012) determina: em seu artigo 10, que as IES devem “promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental”; no artigo 15, que as temáticas transversais devem estar nos projetos institucionais e pedagógicos das instituições; e, em seu artigo 16, que a EA deve ser inserida pela transversalidade, através de temas relacionados com sustentabilidade socioambiental e meio ambiente.

Segundo Oliveira, Farias e Pavesi (2008), a EA deve ser trabalhada, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) instituí, de forma interdisciplinar e transversal. Este último, pois trata das relações econômicas, sociais e culturais e boa qualidade de vida para todos.

Para tanto, o trabalho com os temas transversais exige que os professores articulem, sempre que possível, conteúdos de áreas e conteúdos de temas, deixando claro aos alunos a relação entre estudo escolar e as questões sociais. A integração de conteúdos de áreas e de temas é contínua e deve ser sistemática. Não pode ser feita aleatoriamente. Precisa ser delimitada no projeto educativo da escola e fazer parte da programação que o professor faz de suas aulas. Exige, mais uma vez, uma nova maneira de olhar para os conteúdos escolares RUIZ, et.al (2005, p. 35).

Para Queiroz (2012), além de ter que considerar o caber ambiental como integrado e desagregado de conteúdos curriculares, para obter legitimidade perante a comunidade acadêmica, acredita-se que uma política de ambientalização da educação superior deve contemplar a diversidade dos contextos institucionais e assegurar o direito à autonomia dos docentes e pesquisadores.

No campo da educação superior, a incorporação da dimensão ambiental implica uma tarefa ainda pendente, apesar de o debate se prolongar há mais de três décadas. As possibilidades de incorporação dependem de um conjunto de fatores próprios da construção do campo do interdisciplinar, dos pontos de vista teórico e metodológico; no entanto, também intervêm diversos elementos de natureza institucional que resistem a assumir uma noção que modifica substancialmente o equilíbrio de forças no interior dos cursos e altera qualitativamente seus objetos de estudo. Quer dizer, ameaça o status quo (GONZÁLES-GAUDIANO, 2005, p. 130).

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui fins descritivos e usou de procedimentos qualitativos. Ela ainda se caracteriza, por natureza, como um estudo de caso, afinal é um tipo de estudo em que se analisa uma unidade social, onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos e variáveis, buscando compreender, descrever e interpretar a totalidade da situação investigada (MARTINS; TEOFILO, 2009).

Para a coleta de dados, uma entrevista semiestruturada foi utilizada. Nela continha uma série de questões abertas seguidas em uma ordem, porém ficando a critério do entrevistador as alterações pertinentes durante a aplicação, conforme Laville e Dionne (1999) sugerem. Com essa coleta em primeira mão, os dados podem ser classificados como

primários, e para esse trabalho houve uma nova aplicação da entrevista, então podendo esses dados aqui serem tratados como longitudinais.

O sujeito aqui pesquisado é um curso presencial de Administração de uma faculdade privada na cidade Mossoró-RN. Os indivíduos escolhidos para serem entrevistados foram os coordenadores de curso, por sua função ser um elo intermediário entre alunos, professores e gestão, e aqueles professores que atuasse no curso com a temática sociambiental. No ato de coleta, os indivíduos declararam seu interesse ao assinarem um TCLE (Termo de Consentimento e Livre Esclarecido), assim como também permitiram a gravação de suas falas, que posteriormente foram transcritas.

A fim de preservar a identidade dos coordenadores, os intitulamos de: Coordenador 1, aquele que estava então em exercício e concedeu a entrevista em 2014; e, Coordenador 2, para o que nos concedeu em 2017. Após esse contato inicial, pediu-se a indicação do coordenador para o professor da área, sendo concedido e o processo de coletas foi praticado da mesma forma. Também para preservação, optou-se por nomeá-los como: Docente 1, que concedeu a entrevista em 2014 e foi indicado pelo Coordenador 1; e, Docente 2, aquele que foi entrevistado em 2017 e foi indicado pelo outro coordenador.

Ao analisar os dados optou-se pela análise de conteúdo, que “é uma técnica para se estudar e analisar a comunicação de maneira objetiva e sistemática. Buscam-se inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir dos discursos escritos ou orais de seus atores e/ou autores” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 98).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em dois momentos distintos: a primeira no ano de 2014 com o coordenador 1 e professor 1 e, em 2017 com o coordenador 2 e professor 2 no mesmo curso. O intuito de realizar o estudo da percepção dos dois coordenadores e professores, dá-se pela mudança burocrática da instituição, que em um primeiro momento estava caracterizada como faculdade e, depois passou a ser um centro universitário. Para analisar a percepção dos coordenadores e professores sobre a questão ambiental nos cursos em que atuam, foram destacadas apenas algumas das questões, em virtude, principalmente, do número de dados coletados por meio dos discursos. A seguir são apresentadas e discutidas essas questões e respostas dos entrevistados.

Para entender a relevância das questões ambientais para os futuros administradores, foi indagado aos coordenadores como eles viam o papel desses alunos em relação às questões ambientais. Os respondentes afirmaram que esta temática é de fundamental importância para a formação dos futuros administradores frente às organizações, como exposto na fala do Coordenador 2:

Não só para os administradores, mas para todos os profissionais, é uma preocupação para o presente e para futuro. A questão ambiental está muito emergente. A gente precisa ter esse foco de fazer as coisas acontecerem em relação à questão ambiental, senão a nossa vida está em xeque. E há uma questão legal, hoje, que a gente passa a ter que cumprir. Na Academia, a gente procurou unir as duas situações. Buscar cumprir a determinação legal e que o aluno tenha a percepção de que é necessário, ser mais sensível as questões ambientais.

Gonçalves-Dias et al. (2009), afirma que muitos dos egressos do curso de Administração provavelmente ocuparão cargos estratégicos nas organizações e poderão ter,

em algum grau, influência na criação e implementação de diferentes modelos de gestão. Nesse sentido, observa-se a importância do gestor assumir uma postura profissional dentro das perspectivas socioambientais. Dessa forma, para que o futuro administrador possua tais habilidades é necessário que as questões ambientais estejam presentes no seu processo de formação.

Uma outra indagação feita aos coordenadores durante a entrevista é se a questão ambiental é trabalhada no curso em que coordenam, caso sim, de que forma vem sendo realizada. Ambos afirmaram que de modo transversal a temática é incluída no curso, nas disciplinas e também em um evento institucional chamado Seminário de Gestão Ambiental, que ocorre todos os anos na instituição, com o envolvimento de todos os cursos, com a submissão e apresentação de artigos com a temática. Mas durante a análise das entrevistas foi observada uma mudança no discurso destes coordenadores. Durante a entrevista de 2014, o então coordenador afirmou que a questão ambiental vinha sendo realizada sim no curso, no entanto afirmou que apesar de visualizar uma necessidade de disciplina específica na grade curricular, o mesmo informou que ainda não existia. No entanto, na entrevista realizada em 2017, o coordenador 2 afirmou que agora o curso de administração possui uma disciplina específica no 8º período, intitulada Gestão Ambiental.

Segundo Ruscheinsky (2012), no sentido de inserir a temática ambiental no processo educativo das IES, passa-se a justificar a importância vital de trabalhar tais questões em espaços que haja diálogos e difusão de ideias no sentido de suscitar a prática adequada, que impulse a educação ambiental, seja ela trabalhada através das disciplinas, em eventos, ou atividades dinâmicas e extracurriculares.

Uma outra questão perguntada aos coordenadores durante a entrevista é se as questões ambientais estavam bem contempladas no curso. Ambos os respondentes afirmaram que não, no entanto, um dos pontos nos chama a atenção. O coordenador 1 afirma que “Não, eu acho que poderiam estar mais bem contempladas, por exemplo, se a gente ofertasse uma disciplina como obrigatória [...]”, já o coordenador 2 responde: “Não totalmente. A gente tem sempre algumas situações que precisa fazer alguns ajustes. Acredito que devemos disseminar ainda mais sobre as questões da temática, ainda é muito pouco”. Tal ponto nos chama a atenção, visto que na primeira entrevista o coordenador afirma que a falta estava em não ter uma disciplina específica no curso, e no momento da entrevista com o segundo coordenador, vê que apesar de que agora há uma disciplina obrigatória em sua grade curricular, a disseminação da questão ambiental no curso ainda é insuficiente. Percebe-se então através dos discursos apresentados, que existem alguns pontos falhos que merecem uma atenção especial, sejam realizadas as melhorias necessárias e passem a ser trabalhadas de modo efetivo e satisfatório.

Sobre a elaboração e implementação das questões ambientais na estrutura curricular dos cursos que coordenam, os entrevistados foram perguntados se sentiam desafios ou dificuldades para a realização desse processo. O coordenador 1 afirma que sim, que a principal dificuldade está na própria prática, ressalta mais uma vez a falta de disciplina obrigatória, e por mais que a questão ambiental deva ser inserida de modo transversal e permear todas as disciplinas, a ação de realizar tal intento é um desafio. Já o coordenador 2, afirma que não, que hoje é mais fácil implementar a temática, visto que um tema debatido e que há muitos profissionais na instituição que podem auxiliar nesse processo. Mais uma vez percebemos a mudança no discurso dos coordenadores nas entrevistas realizadas em um intervalo de 3 anos de uma para outra, e mais que isso, é possível perceber uma evolução positiva das questões ambientais no curso e na instituição.

Outro questionamento levantado é se as disciplinas do curso contribuem para que os formandos intervenham na melhoria ou mudança de suas realidades pensando na questão ambiental, caso os coordenadores afirmassem que sim, de que forma acontecia. Na ocasião, os dois coordenadores entrevistados afirmaram que sim, percebiam melhoria por parte dos

alunos no tocante a questão ambiental, visto que estavam envolvidos nas discussões e debates em sala de aula, além de estágios em empresas que atuam na área ambiental e conseqüentemente a participação em pesquisas com o mesmo viés, conforme apresenta o Coordenador 2:

Sim, alguns a gente percebe na aplicação de alguns casos quando do TCC, que tem os TCCs também em virtude de ter muita gente fazendo mestrado na área ambiental, alguns TCCs também são nessa área, e aí eles fazem intervenções nas empresas também, no estágio também alguns, aí vai muito do professor que está orientando aquele aluno ali, então a gente tem alguns casos nesse sentido (COORDENADOR 1).

Desta forma, torna-se relevante a preparação de profissionais em Administração que estejam qualificados e que possam desenvolver nas organizações medidas que possibilitem a inserção de mecanismos de utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, possibilitando assim a mitigação de possíveis impactos a fim de garantir a manutenção da qualidade ambiental (TEIXEIRA, 2006a; TEIXEIRA, 2006b).

No tocante à entrevista com os docentes, vale ressaltar que os mesmos foram escolhidos pelos próprios coordenadores durante a entrevista, e que o critério de escolha foi o envolvimento desses atores com a temática ambiental.

Inicialmente, os docentes foram indagados se trabalham com as questões ambientais em suas disciplinas, caso as respostas fossem afirmativas de que forma ocorre essa inserção. Observou-se a partir da fala dos dois professores entrevistados, que a temática ambiental vem sendo discutida em sala de aula. No entanto, a professora 1 revela que há uma certa dificuldade em sair da teoria e atuar nas práticas ambientais. Segundo Jacobi (2005), os docentes devem romper com a barreira da visão disciplinar e se engajar nas atividades interdisciplinares através de abordagens mais práticas.

Outro questionamento feito aos docentes é se as disciplinas ministradas por eles em sala de aula contribuem para que os formandos transformem as suas realidades pensando na questão ambiental. Os entrevistados afirmaram que acreditam positivamente nessa mudança, já que as discussões feitas em sala de aula possibilitam esse processo de tomada de consciência no alunado. Tal fato pode ser corroborado na fala do Professor 2: “Sim, através dos exemplos de práticas ambientais comentadas em salas de aula, já tivemos experiências que os alunos levam para dentro das próprias empresas que trabalham ou estagiam”.

O trecho ora apresentado corrobora com Tristão (2012), ao afirmar que os professores como anunciadores do processo de aprendizagem reelaboram os saberes do cotidiano, saberes estes que contribuam para a vida diária dos alunos no intuito de apropriar-se de conceitos que envolvem o meio ambiente, passando a ser utilizados de forma abrangente e de acordo com o contexto. A temática do meio ambiente não é somente um assunto a ser acrescentado no currículo, mas toma uma dimensão essencial de todo processo educativo na construção das realidades do indivíduo.

Diante desse mesmo contexto os professores foram indagados sobre os principais benefícios e dificuldades em inserir a questão ambiental em suas disciplinas.

A docente 1 ressalta:

É, eu acho que pelo debate em si, porque geralmente quando eu trago esse questionamento, muita gente “ah, eu faço isso, eu faço, eu tenho essa preocupação”, outros “não, no meu bairro não passa”... Eu digo: Se informem, gente, cobrem isso na

prefeitura, vamos lá, vamos buscar, que todos nós possamos fazer essa separação, né? E ter essa preocupação. Eu acho que é mais isso: tentar de alguma forma que eles mudem o comportamento deles.

No tocante as dificuldades, os professores não veem como um desafio inserir as questões ambientais como objeto de discussão em sala de aula nem ao menos percebem dificuldade em aceitação por parte dos alunos, como afirma a docente 2:

Não encontro dificuldades, porque como eu pego alunos em final de curso, eles já estão bem maduros, já sabe o que quer, já tem direcionamento com o que vai atuar no mercado, mas assim, eu acho que deveriam existir mais projetos de intervenção na área de gestão ambiental nas universidades, ajudaria mais. E os benefícios são muitos, eles já veem na realidade, em todo lugar hoje se fala em questão ambiental, então é necessário esse conhecimento.

Percebe-se a partir da fala dos entrevistados que os benefícios em trabalhar as questões ambientais em sala de aula são inúmeros, sendo citadas principalmente a importância para o desenvolvimento profissional, sua atuação no mercado de trabalho e em estágios. Quanto às fragilidades visualizadas, é possível perceber nas respostas da entrevista como um todo que a teoria se apresenta dissociada da prática, ou seja, a teoria vem sendo trabalhada através de discussões em sala de aula, porém as ações práticas ainda são incipientes.

Entretanto, deve-se atentar para tais questões, visto que na educação ambiental é fundamental que o conteúdo seja abordado paralelo a prática, garantindo a finalidade da EA como um processo educativo contínuo e permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de um bacharelado em Administração acerca da Educação Ambiental por ele praticada, identificando se há mudanças que tangem a EA entre os discursos das coordenações e professores depois de um tempo e verificando as diferenças entre as ações que envolvem a temática no curso estudado. Para alcançar esse objetivo, foi realizado entrevistas semiestruturadas com coordenadores e professores da Instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada.

Através da análise de conteúdo das entrevistas, os dois coordenadores afirmaram que a questão ambiental é trabalhada de modo transversal e que a temática é incluída no curso, nas disciplinas e também em um evento institucional chamado Seminário de Gestão Ambiental. Entretanto, verificou-se que durante a entrevista de 2014, o então coordenador afirmou que visualizava a necessidade de disciplina específica na grade curricular, o mesmo informou que ainda não existia. Já na entrevista realizada em 2017, o coordenador 2 afirmou que agora o curso de administração possui uma disciplina específica no 8º período, intitulada Gestão Ambiental. Constatou-se também, que houve uma evolução positiva na implementação das questões ambientais na estrutura curricular dos cursos que coordenam.

Observou-se a partir da fala dos dois professores entrevistados, que a temática ambiental vem sendo discutida em sala de aula. No entanto, a professora 1 revela que há uma certa dificuldade em sair da teoria e atuar nas práticas ambientais. Porém, os professores não veem como um desafio inserir as questões ambientais como objeto de discussão em sala de aula nem ao menos percebem dificuldade em aceitação por parte dos alunos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adriana Ferreira Santos de. **A Interdisciplinaridade Da Educação Ambiental Na Prática Escolar**. 2012. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Biologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe Sobre A Educação Ambiental, Institui A Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências**. Brasília, 1999.

COSTA, Francisco José da et al. Valores pessoais e gestão socioambiental: um estudo com estudantes de administração. **Ram: Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.183-208, maio/jun. 2013.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, Leonice Seolin; MARQUES, Maurício Dias; DIAS, Lucas Seolin. Educação, educação ambiental, percepção ambiental e educomunicação. In: DIAS, Leonice Seolin; LEAL, Antônio Cezar; CARPI JÚNIOR, Salvador (Org.). **Educação ambiental: conceitos, metodologias e práticas**. Tupã: Anap, 2016. Cap. 1. p. 12-44.

GONÇALVES-DIAS, S. L.F.; TEODÓSIO, A. S. S.; CARVALHO, S.; SILVA, H. M. R. Consciência Ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino da administração. **RAE Eletrônica**, v. 8, n. 1, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v8n1/a04v8n1.pdf>> Acesso em: 19 jul. 2018.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 119-133.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a07v31n2.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEC. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. DOU nº 116, Seção 1, p. 70-71 de 18/06/2012.

MELO, Rosemeri Santos de. A dimensão ambiental da educação e as redes de informação e conhecimento. **Remea**, Rio Grande, v. 5, n. 1, p.7-17, jan./mar. 2001.

OLIVEIRA, Haydée Torres de; FARIAS, Carmen R. O.; PAVESI, Alessandra. Educação ambiental no ensino superior: caminhos percorridos e perspectivas para políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v. 1, n. 3, p.109-112, jun. 2008.

PELICIONI, Andréa Focesi. Movimento Ambientalista e Educação Ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005. p. 353-380.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005. p. 3-12.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Bases políticas, conceituais, filosóficas e ideológicas de educação ambiental. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo;

PETARNELLA, Leandro; SILVEIRA, Amélia; MACHADO, Nelson Santos. Educação ambiental e ensino da sustentabilidade: reflexões no contexto da administração. **Geas: Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.1-12, jan./abr. 2017.

RUCHEINSKY, A.; COSTA, A. L. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 5, p. 93-114.

QUEIROZ, Edileuza Dias de. A universidade e a formação do educador ambiental. In: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP, 16, 2012, Campinas. **Anais do XVI ENDIPE**. Campinas: Junqueira&marin Editores, 2012. p. 26 - 34.

RODRIGUES, Cae. A ambientalização dos currículos de Educação Física no ensino superior. **Motriz**, Rio Claro, v. 18, n. 3, p.557-570, jul./set. 2012.

RUIZ, J. B. et al. Educação ambiental e os temas transversais. **Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, Akrópolis, Umuarama, v. 13, n. 1, jan./mar. 2005.

SAITO, Carlos Hiroo. Política Nacional de Educação Ambiental e Construção da Cidadania: revendo os desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloisio (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. Cap. 3. p. 54-76.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michéle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

TEIXEIRA, A. C. E. A; TEIXEIRA, H. A De. O Ensino de Administração e a Educação Ambiental: algumas reflexões sobre os currículos e a importância da formação de agentes multiplicadores nas organizações. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, n. 13, ano 7, p. 14-21, jan/jun 2006.

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. In: RUCHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. cap. 11, p. 233-249./

WARKEN, Ines Liani Menzel; HENN, Veridiana Jéssica; ROSA, Fabricia Silva da. Gestão da sustentabilidade: um estudo sobre o nível de sustentabilidade socioambiental de uma instituição federal de ensino superior. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p.147-166, set./dez. 2014.